

11 JUL 2017

FOLHA DE LONDRINA

AL referenda LDO

sem previsão

de reajuste para

o funcionalismo

Da receita bruta de R\$ 60,7 bilhões estimada para 2018, Executivo poderá remanejar 10% sem depender do aval dos deputados estaduais

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - Os deputados estaduais aprovaram nessa segunda-feira (10), em segundo turno, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018. O projeto 151/2017, de autoria do Executivo, passou com 40 votos favoráveis e sete contrários, todos dos membros da oposição na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná. A exemplo do que aconteceu no ano passado, o pagamento da data-base dos cerca de 300 mil servidores públicos, entre ativos e aposentados, ficará condicionado à disponibilidade financeira. Mais uma vez, a administração diz que a prioridade é quitar as progressões e promoções de carreira.

O texto retorna nesta terça-feira (11) à Comissão de Orçamento, para elaboração da redação final. Em seguida, já será encaminhado para sanção. A LDO prevê uma receita bruta de R\$ 60,7 bilhões, sendo que 10% desse

montante poderá ser remanejado livremente pelo governador Beto Richa (PSDB), isto é, sem o aval da AL. Foram acatadas 50 emendas em relação à proposta original. Elas dizem respeito, em sua maioria, ao incremento das políticas e programas do governo, especialmente nas áreas social, de educação e de infraestrutura. A bancada oposicionista conseguiu apenas 15 das 18 assinaturas necessárias para incluir o reajuste do funcionalismo.

“O momento que o Brasil está vivendo exige dos governantes determinação e coragem. Não podemos governar apenas para os servidores do Estado. Temos 11 milhões de paranaenses que dependem de recursos; de investimentos do governo do Estado. E há de se dizer que governador foi o único no Brasil a dar aumento de 10% aos servidores antes dessa decisão”, justificou o presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB). O líder da situação, Luiz Cláudio

Romanelli (PSB), foi na mesma linha. “Nós estamos vivendo uma profunda crise, uma recessão na economia, e a previsão de receita para 2018 é menor que a de 2017. O Estado tem de ter uma gestão fiscal responsável. Só promoverá o reajuste se houver dinheiro em caixa.”

O presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão, que representa os professores, disse que, além de cometer uma ilegalidade, porque a lei da data-base não foi modificada, o governo insiste num discurso de crise financeira, desrespeitando o direito constitucional de reajuste anual. “Vamos fazer uma ação judicial cobrando esse direito.”

Já o vice-líder da oposição, Requião Filho (PMDB), falou que Beto cometeu novo “calote”. “Infelizmente, quando se trata do governo e da LDO, a Justiça do Paraná não anda tão rápido. Mas abonos e correções para o Judiciário e o Ministério Público são aprovados sempre, sem discussão.”

FOLHA DE LONDRINA

Primeira derrota de Temer na CCJ

11 JUL 2017

Considerando que há indícios suficientes, o deputado Sergio Zveiter apresentou parecer favorável à admissibilidade da denúncia pelo crime de corrupção passiva contra o presidente Michel Temer. Para Zveiter, que é do mesmo partido do presidente, o PMDB, a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República não é fantasiosa e deve ser investigada. O deputado é o relator do processo que analisará a aceitação, ou não, da denúncia. Temer é acusado de ter recebido R\$ 500 mil de propina do frigorífico JBS, usando o paranaense Rodrigo Rocha Loures como intermediário. A história já é bastante conhecida e envolve a polêmica gravação feita por Joesley Batista, dono da JBS, em um encontro com o presidente no Palácio do Jaburu. O parecer de Zveiter foi lido nesta segunda-feira (10) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), primeira etapa do trâmite da denúncia na Câmara dos Deputados. O relator frisou que não cabe à CCJ condenar os acusados, apenas indicar se o processo deve ser instaurado. Para ser aberto, ele precisa passar primeiro pela CCJ. Lembrando que a base governista já está se articulando para tentar salvar o mandato de Temer nesta etapa. Para tanto, foram remanejados na última semana 20 membros do colegiado. Com as mudanças, há grandes chances de Temer vencer por 38 a 28. Mas, se passar pela CCJ, a abertura do processo deverá ser votada em plenário. E mesmo assim será preciso obter o aval de dois terços dos deputados, ou seja, 342 dos 513. Só depois a matéria chega ao Supremo Tribunal Federal, onde, 11 ministros terão que acatar a denúncia. O combate à corrupção no Brasil envolve investigar as denúncias, mesmo que sejam contra o presidente da República. Essa situação de corrupção sistêmica impôs ao brasileiro viver sob uma ditadura da corrupção. E, infelizmente, não se percebe preocupação rigorosa dos presidentes da República em mudar esse cenário.

1 1 JUL 2017

FOLHA DE LONDRINA
MAIA



- Não se preocupe, mestre. Tudo o que sei
sobre lealdade eu aprendi com você...

11 JUL 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Desembargador Federal Gebran Neto recebe homenagem da Fecomércio



João Pedro Gebran Neto, Desembargador Federal do Tribunal Federal da 4ª Região

Cerimônia reúne em Curitiba mais de 1.200 empresários e convidados para a entrega do troféu Guerreiro do Comércio e da Comenda Ordem do Mérito do Comércio do Paraná

Em comemoração ao dia do comerciante, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (Fecomércio PR) promove em 14 de julho, a 12ª edição do troféu Guerreiro do Comércio, oportunidade em que destaca 49 empresários e trajetórias de sucesso paranaenses.

Além dos empresários, neste ano, o desembargador federal João Pedro Gebran Neto – que atua na 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, como juiz de segunda instância –, responsável por analisar e julgar recursos dos réus condenados na Operação Lava Jato, recebe a comenda “Ordem do Mérito do Comércio do Paraná”.

De acordo com o presidente do Sistema Fe-

comércio Sesc Senac PR, Darci Piana, o Sistema concede a comenda em reconhecimento à atuação do poder judiciário em defesa da lei, da ordem e da justiça social e, com destaque à Operação Lava Jato. Também recebem o título de comendadores, o presidente do Grupo Toninho Espolador, Antonio Miguel Espolador Neto; a sócia-diretora da Tavarnaro Incorporações Ltda., Liliana Ribas Tavarnaro, e o presidente do Conselho de Administração da Gazin Holding, Mário Valério Gazin. “São personalidades que não hesitam em se sobrepôr às dificuldades, à alta carga tributária, aos custos gerados pela fragilidade de infraestrutura de transporte e às incertezas do mercado. Dia após dia, exercitam com o mesmo vigor a tarefa de oferecer aquilo que tem de melhor, ou seja, trabalho ético, inovador, produtivo e justo”, destaca.

11 JUL 2017

FOLHA DE S. PAULO

O fim dos privilégios

ROBERTO LIVIANU

Foro privilegiado precisa ser extirpado, por ser incompatível com os princípios republicanos e com a essência democrática

No debate sobre o fim do foro privilegiado, o advogado Fábio Medina Osório sustentou em artigo publicado na **Folha** que as decisões colegiadas da Justiça seriam importantes para proteger de práticas arbitrárias os titulares de certas funções públicas.

Essa foi a justificativa que se usou para lastrear a construção do conceito de foro privilegiado há décadas. Além de se dizer também que juízes de primeira instância poderiam ser vulneráveis ao poder dos coronéis.

Mas o Brasil mudou, a imprensa é ativa e livre, as redes sociais são forças vivas e a sociedade está vigilante. Não se pode mais dizer que juízes de primeiro grau sejam medrosos ou vulneráveis — tome-se o exemplo de Sergio Moro.

Além disso, julgamentos colegiados são a tônica dos tribunais. E tribunais são estruturas concebidas para a reavaliação de processos cuja prova foi colhida em primeiro grau. É lá, em primeira instância, que se produz a prova. É lá que ela é debatida sob o crivo do contraditório.

Os tribunais são organismos de revisão de decisões para fazer valer o sistema de duplo grau de jurisdição, que por si só já serve para proteger de arbitrariedades aqueles que exercem funções públicas, inclusive com a possibilidade da invocação da tutela de urgência.

A ideia de querer proteger funções, na verdade, subverte o princípio da isonomia, perda angular do sistema constitucional, além negar o duplo grau de jurisdição.

E os problemas não são apenas esses. O Supremo Tribunal Federal deveria exercer o papel de guardião da Constituição da República e somente ser acionado para defendê-la.

Quando se exige dele que instrua ações penais, os processos demoram muito e os casos prescrevem, ficando o gosto amargo da impunidade. E a Constituição fica sem guardião pleno.

O projeto Supremo em Números, da Fundação Getúlio Vargas, examinou 404 ações penais concluídas entre 2011 e 2016. Delas, 68% ou prescreveram ou foram repassadas para outras instâncias. Resultaram condenação apenas 0,74% dos casos, o que é alarmante.

Vale lembrar aqui que os ministros do STF são escolhidos politicamente, ao passo que os juízes de primeiro grau são concursados e selecionados por meritocracia, o que é importante para evitar conflitos de interesses.

Muitas vezes o foro privilegiado pode ajudar a prorrogar carreiras de políticos envolvidos em escândalos, até porque, não obstante estarmos na vigência da Lei da Ficha Limpa, muitos partidos políticos acabam abrindo fichas sujas.

O que os defensores do foro chamam de “perigosas discricionariedades de milhares de magistrados” eu denominaria de “preciosos ventos livres da interpretação da lei”, o que permite a reinvenção sem o engessamento da Justiça, acompanhando o dinamismo do corpo social. A segurança jurídica é garantida pelo duplo grau e pelos tribunais superiores.

O padrão Lava Jato é uma nova referência para o sistema de Justiça, que tem em sua estrutura milhares de magistrados e membros do Ministério Público que lutam diariamente em prol da sociedade e pelo bem comum.

O foro especial integra um guarda-chuva maior que é a cultura dos privilégios. Precisa ser extirpado,

por ser incompatível com os princípios republicanos e com a essência democrática da igualdade de todos perante a lei.

ROBERTO LIVIANU, doutor em direito pela USP, é promotor de justiça e presidente do Instituto Não Aceito Corrupção

1 1 JUL 2017

FOLHA DE S. PAULO

Injustiça previdenciária

Aposentadorias privilegiadas para servidores públicos não são invenção brasileira, mas, ao que tudo indica, aqui a prática tomou proporções raras no mundo.

Uma contribuição oportuna a respeito do tema encontra-se em estudo publicado recentemente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de autoria dos pesquisadores Rogério Nagamine Costanzi e Graziela Ansiliero.

O trabalho examina reformas previdenciárias conduzidas nos 35 membros da OCDE, entidade que congrega países de desenvolvimento mais avançado. Boa parte delas destinou-se a aproximar os benefícios dos setores público e privado —como o Brasil, sob intensa resistência das corporações estatais, vem tentando fazer.

Atualmente, conforme o levantamento, apenas quatro nações da organização (Alemanha, França, Bélgica e Coreia do Sul) mantêm regimes inteiramente separados para seus servidores civis, a exemplo do modelo brasileiro.

Em 17 países, as regras são as mesmas para todos os trabalhadores (excluídos militares); em outros 14, há arranjos intermediários.

A diferenciação de normas tem raízes históricas. Os funcionários do Estado foram, em geral, os primeiros a receberem aposentadorias, como já ocorria em gran-

de parte da Europa Ocidental no século 19. Os regimes previdenciários para os empregados na iniciativa privada só se disseminaram no século seguinte.

Aqui e agora, a discrepância se mede em cifras impressionantes. União, Estados e municípios gastam o equivalente a 3,9% do Produto Interno Bruto com cerca de 3,6 milhões de servidores inativos e seus pensionistas.

Já o INSS, que atende os demais trabalhadores, desembolsa pouco mais de 8% do PIB com uma clientela de quase 30 milhões.

Os dois montantes são elevados para os padrões internacionais, mas o primeiro supera até mesmo os observados em países ricos. Embora diferentes metodologias de cálculo não permitam comparações precisas, não se conhece na OCDE uma despesa tão elevada com funcionários públicos.

É inadmissível, portanto, que a reforma do sistema previdenciário nacional deixe de lado, em nome do pragmatismo político, o objetivo da igualdade de regimes.

Se a proposta em tramitação no Congresso for reduzida à imposição de uma idade mínima para a aposentadoria, como se cogita, haverá ainda vantagens orçamentárias. Não será possível afirmar, entretanto, que houve grande avanço na busca de equidade.

11 JUL 2017

FOLHA DE S. PAULO

Relator do PMDB vê indícios sérios contra Michel Temer

Sergio Zveiter recomenda em comissão
prosseguimento de denúncia da PGR

**Após fala de deputado,
aplaudida por oposição,
advogado do presidente
criticou 'reprodução'
de acusação de Janot**

DANIEL CARVALHO
ANGELA BOLDRINI
DE BRASÍLIA

Do mesmo partido de Michel Temer, o deputado Sergio Zveiter (PMDB-RJ) apresentou nesta segunda (10) parecer favorável ao seguimento da denúncia da Procuradoria-Geral da República que acusa o presidente de cometer, no exercício de cargo, o crime de corrupção passiva.

“A presente acusação contra o presidente é grave”, afirmou Zveiter em parecer lido na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Em 59 minutos de leitura do relatório, ele disse haver “indícios, que são sérios o suficiente para ensejar o recebimento da denúncia” pela Câmara.

“Vale salientar que qualquer denúncia parte dos fatos disponíveis sobre a suposta prática de ato delituoso, cuja verdade real será revelada após o fim da instrução criminal, garantido o amplo direito de defesa e o contraditório, com a produção de todas as provas em direito admitidas”, escreveu no documento de 31 páginas.

Contrariando as alegações entregues por escrito pela defesa de Temer na semana pas-

sada, o relator disse entender que a denúncia “não é inepta” nem “fantasiosa”.

Em vários momentos, o relator lembrou que a Câmara faz juízo “predominantemente político” e que cabe ao Supremo Tribunal Federal avaliação mais técnica. “Aqui não condenamos ou absolvemos os denunciados. Apenas admitimos ou não a acusação.”

Depois de passar pela CCJ, a denúncia — aprovada ou não — segue para o plenário da Câmara. Se ao menos 342 dos 513 deputados votarem a seu favor, o STF poderá decidir se abre ou não a ação penal — no caso de Temer virar réu, ele é afastado do cargo por até 180 dias.

O relator diz que é preciso apurar o envolvimento de Temer no caso denunciado nas delações do grupo J&F. O deputado do PMDB foi aplaudido pela oposição.

“Não restam dúvidas de que qualquer decisão contrária ao recebimento da denúncia implicaria prematura interrupção do curso de um processo no qual os elementos trazidos aos autos evidenciam a necessidade de uma resposta institucional do Estado Brasileiro”, diz o parecer.

O parecer de Zveiter irritou a base de Temer, embora o posicionamento do peemedebista tido como “independente” fosse esperado.

“O relatório seguiu a mesma linha do que foi apresentado [pela PGR], ou seja, o relatório, assim como a denún-

cia, é inepto”, disse o líder do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

“O deputado Zveiter não apresenta mais condições de permanecer no nosso partido”, disse o deputado Carlos Marun (PMDB-MS).

O líder do PMDB na Casa, Baleia Rossi (SP), disse à reportagem não haver pretensão de retaliar Zveiter.

Aliados do presidente esperavam que o relator se manifestasse a favor da denúncia e já prepararam votos em separado para serem apreciados caso consigam derrotar o texto de Zveiter na votação que ocorre após os debates que começam na quarta (12).

DEFESA

Logo após o voto do relator, Antonio Claudio Mariz, advogado de Temer, afirmou aos deputados que “é mentira que o presidente da República tenha recebido um voto” da JBS. Para Mariz, o voto do relator foi uma “reprodução da denúncia”.

O advogado criticou a delação premiada e o princípio “in dubio pro societate” [em dúvida, em favor da sociedade, para que haja um julgamento], usado pelo relator. “Eu não aceito o in dubio pro societate, como não deveria aceitar nenhum daqueles que tenha sido vítima de uma acusação injusta”, afirmou.

CONTINUA

11 JUL 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

De acordo com Mariz, “não há nem materialidade no que tange a esta acusação de recebimento” por Temer dos R\$ 500 mil entregues pela JBS ao seu ex-assessor Rodrigo Rocha Loures em uma mala.

Na maior parte do tempo, Mariz tentou sensibilizar parlamentares que são alvo da Lava Jato e fez críticas ao trabalho do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

“Mentira, infâmia, indignação. Não há nem materialidade no que tange esta acusação de recebimento”, disse o advogado. “Instaurou-se açodadamente um inquérito contra o presidente da República com reflexos seríssimos na governabilidade”, declarou o advogado.

O EMBATE NA CCJ

Os principais pontos do relatório que pediu a admissibilidade da denúncia e da defesa de Temer

O relatório

Parecer do deputado **Sergio Zveiter** (PMDB-R) foi favorável a aceitação da denúncia

A defesa

Antonio Claudio Mariz falou por 35 minutos após o voto do relator

→ INDÍCIOS

Segundo o parlamentar, a denúncia da PRG (Procuradoria-Geral da República) possui indícios consistentes, suficientes para a abertura do processo; segundo ele, não é necessário haver “prova cabal”

→ VIOLAÇÃO DE INTIMIDADE

A defesa de Temer afirmou que a intimidade do presidente teria sido violada pelo empresário Joesley Batista, da JBS. Segundo Zveiter, a gravação não se tratou de violação, por se tratar de um encontro realizado na condição de presidente para tratar de assuntos públicos

→ LICITUDE DA PROVA

Zveiter também contradisse a afirmação da defesa de que a gravação feita por Joesley e que embasa parte da denúncia é uma prova ilícita. O relator afirmou que o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, em 1997, que a gravação de um interlocutor sem o conhecimento do outro constitui prova lícita

→ IN DUBIO PRO SOCIETATE

O relator sustentou que deveria ser usado para a abertura do processo o princípio “in dubio pro societate”, ou seja, que em havendo dúvida a norma seja interpretada “em favor da sociedade”. O relator sustentou que, em certas fases processuais, a máxima deve se sobrepor à presunção de inocência

→ IN DUBIO PRO SOCIETATE

O advogado atacou a fala de Zveiter, afirmando que há quem defenda o “in dubio pro societate”, mas que é contrário a ele aqueles que já foram “acusados injustamente” e que o princípio fere a honra do presidente

→ GRAVAÇÃO

O advogado voltou a dizer que as gravações feitas por Joesley Batista no Jaburu são provas ilícitas, reforçou a tese de que o áudio foi adulterado. Citou as perícias encomendadas por esta **folha** e pelo jornal “O Estado de S. Paulo”. Afirmou também que o conteúdo da gravação não compromete Temer

→ JOESLEY E DELAÇÃO

A defesa atacou o Ministério Público e criticou as “benesses” que teriam sido dadas aos delatores da JBS, que, segundo ele, foram um “tapa na cara do brasileiro”. “Estes tiveram como pena maior a impunidade absoluta”, afirmou

→ GOVERNABILIDADE

O advogado citou a governabilidade como motivo para que não se aceite a denúncia contra o presidente. “Instaurou-se açodadamente um inquérito contra o presidente com reflexos seríssimos na governabilidade do país, numa hora em que o país estava procurando entrar nos trilhos econômicos e institucionais”

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Provando do próprio veneno

BRASILIA - Michel Temer recebeu um empresário "em horário inconveniente" para tratar de assuntos "não republicanos". Existem "sólidos indícios" de que a visita resultou no pagamento de propina. A denúncia que acusa o presidente de corrupção não é "inepta" nem "fantasiosa".

As afirmações acima não saíram de um discurso da oposição. Todas são da lavra de Sérgio Zveiter, o deputado do PMDB que deu parecer favorável ao afastamento de Temer.

O relatório do peemedebista é mais um duro golpe contra o Planalto. O deputado desmontou diversos pontos da defesa do presidente, que ainda insiste em atacar o delator e a Procuradoria-Geral da República.

Zveiter sustentou que nada justificaria o "arquivamento sumário" da denúncia enviada à Câmara. "A presente acusação contra o presidente Michel Temer é grave, e ela não se apresenta inconsistente, frágil e desprovida de força probatória", disse.

"Impedir o avanço das investigações e seu devido julgamento seria ampliar perigosamente o abismo entre a sociedade e as instituições que a representam", acrescentou.

O fato de Zveiter ser filiado ao PMDB dá um ingrediente especial ao relatório. Depois de comandar a rebelião do partido contra o governo Dilma Rousseff, o presidente começa a provar do próprio veneno. Se for abandonado pelos colegas, ele não terá como conter as traições na base.

O Planalto acusou o golpe. Em uma semana, já remanejou 20 deputados para tentar evitar uma derrota na Comissão de Constituição e Justiça. O troca-troca escancarou a fragilidade de Temer, que se gabava de contar com a maior base aliada dos últimos tempos.

"Minha vaga foi vendida para esse governo nojento, essa organização criminosa", esbravejou Delelado Waldir, que foi rifado pelo PR. O deputado perdeu a cadeira nesta segunda, instantes antes de Zveiter ler o relatório. Ele saiu da comissão, mas promete infernizar Temer quando a denúncia chegar ao plenário.

11 JUL 2017

1 1 JUL 2017

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

NA BOCA DO GOL

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e parlamentares de seu grupo mais próximo avaliam que o futuro de Michel Temer estará traçado a partir do tamanho da vitória que o presidente pode ter na primeira votação, no parlamento, para barrar denúncia feita pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra ele no STF (Supremo Tribunal Federal).

CHUTE 2

Se ela for apertada, Temer correria grande risco de derrota nas próximas votações —Janot ainda apresentará pelo menos outras duas denúncias contra o presidente ao STF, forçando o peemedebista a mobilizar novamente sua tropa na Câmara dos Deputados.

NA MÉDIA

A expectativa na Justiça Federal do Paraná é que Sergio Moro dê a sentença sobre Lula e o triplex até o fim da semana. Nesta terça (11) se completam 22 dias desde que o petista apresentou as alegações finais de sua defesa.

NA MÉDIA 2

Moro demora, em média, de 25 a 35 dias para proferir uma sentença depois da conclusão do processo. Em dois processos ele condenou em apenas um dia: no de Nelma Kodama, ex-amante do doleiro Alberto Youssef, e no que tinha como réus, entre outros, o pecuarista José Carlos Bumlai e do ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto.

LONGA ESPERA

Houve um caso, no entanto, em que Sergio Moro demorou 465 dias para divulgar a sentença—no processo em que condenou o petista André Vargas a quatro anos e seis meses de prisão.

11 JUL 2017

FOLHA DE S. PAULO

Justiça decreta prisão de policiais ligados a chacina no Pará

Polícia relatou confronto com camponeses, o que é descartado pelo Ministério Público

JOÃO PEDRO PITOMBO
DE SALVADOR

A Justiça Estadual do Pará aceitou o pedido de prisão temporária dos 13 policiais envolvidos na morte de dez trabalhadores rurais sem-terra na Fazenda Santa Lúcia, em Pau D'Arco (867 km ao sul de Belém), ocorrida em maio deste ano.

A decisão em favor da prisão foi tomada na última sexta-feira (7) pelo juiz Haroldo Silva da Fonseca, da comarca de Redenção (PA), a partir de pedido do Ministério Público do Estado.

O pedido foi acolhido no mesmo dia em que Rosenilton Pereira de Almeida, 44, uma das lideranças do assentamento, foi assassinado em Rio Maria, cidade a 60 km de Pau D'Arco.

Os 13 policiais — 11 militares e dois civis — já se apresentaram à polícia. O prazo para que eles fiquem na cadeia é de cinco dias, o que pode ser prorrogado por outros cinco dias.

As prisões foram efetuadas 45 dias após a ação conjunta das polícias Militar e Civil do Pará que resultou em dez mortos, todos eles camponeses, no episódio de disputa agrária mais violento desde o massacre de Eldorado dos Carajás, também no Pará, em 1996.

As mortes em Pau d'Arco ocorreram na manhã de 24 de maio, após um grupo de 29 policiais ter ido ao assentamento cumprir três mandados de prisão de camponeses suspeitos de matar um segurança da fazenda.

O caso está analisado em

quatro frentes de investigação: Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Federal e corregedorias das polícias Civil e Militar. Nenhum dos inquéritos foi concluído.

CONFRONTO

A polícia afirma que houve um confronto entre os camponeses e troca de tiros — hipótese descartada pelo Ministério Público do Pará.

Os promotores destacaram que não houve nenhum baleado entre os policiais que participaram da operação nem marcas de tiros nos veículos dos policiais.

Eles também afirmaram que dois seguranças particulares da fazenda participaram da operação policial de forma irregular.

Na última semana, Polícia Civil e Polícia Federal fizeram uma reconstituição da operação em Pau D'Arco que durou três dias.

A Polícia Civil informou que ouviu cerca de 50 pessoas entre policiais, testemunhas e sobreviventes. A Polícia Militar não vai se pronunciar até a conclusão das investigações.

OUTRA MORTE

Quanto à morte do líder rural Rosenilton Almeida, o advogado José Batista, da Comissão Pastoral da Terra, disse que ele vinha sofrendo ameaças e que a entidade vem pressionando as autoridades locais para esclarecer se o crime tem ligação com a chacina em Pau D'Arco.

No domingo (9), a polícia afirmou não ter ainda indícios da autoria ou da motivação do crime.

11 JUL 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Cármen Lúcia nega suspensão de reforma

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia (foto), negou pedido feito por 18 senadores da oposição para suspender a tramitação da votação da reforma trabalhista no plenário do Senado, prevista para hoje (11). No mandato de segurança, os parlamentares queriam a suspensão da tramitação por alegarem a necessidade da realização de cálculos do impacto da lei nos cofres públicos, como



determinaria a Emenda Constitucional dos Gastos Públicos. Na decisão, a ministra entendeu que o Judiciário não pode fazer interferência nos atos do Congresso antes da aprovação da matéria. “Não compete ao Poder Judiciário, por maior que seja a extensão que se pretenda conferir às suas competências constitucionais, analisar o mérito de ato dessa natureza, nesta fase do processo legislativo”, disse a ministra. ●

JORNAL DO ÔNIBUS 11 JUL 2017

Paraná terá orçamento de R\$ 60,7 bilhões

Assembleia aprovou LDO em segundo turno na sessão de ontem

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2018 foi aprovada pelos deputados em segundo turno na sessão plenária de ontem da Assembleia Legislativa do Paraná. O projeto prevê uma receita bruta para o próximo ano de R\$ 60,7 bilhões. A matéria passou com 40 votos favoráveis e sete contrários e será analisado, em redação final, na sessão de hoje, conforme anunciado pelo presidente da Casa, deputado Ademar Traiano (PSDB).

A LDO estabelece que o Poder Legislativo receberá 5,0% do orçamento do próximo ano (sendo 1,9% destinado ao Tribunal de Contas do Estado e 3,1% para a Assembleia Legislativa); 9,5% será destinado ao Poder Judiciário e 4,1% para o Ministério Público. Houve aumento nos valores previstos para a Defensoria Pública do Estado: o órgão terá R\$ 65 milhões para o exercício de 2018, um orçamento 15% maior do que o de 2017. ■

BEMPARANÁ

Assembleia aprova LDO para 2018

A Assembleia Legislativa aprovou ontem, por 40 votos a sete, em segundo turno, a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do governo do Estado para 2018. O item mais polêmico é o que mantém a suspensão, por tempo indeterminado, da data-base do reajuste salarial anual dos servidores públicos. O texto repete o já previsto na LDO de 2018, que condicionou o pagamento da reposição salarial do funcionalismo à quitação de promoções e progressões de carreira da categoria e ao aumento da arrecadação.

O governo alega que a continuidade da crise econômica que atinge o País não permite, no momento, a previsão de crescimento de receitas que garantisse o pagamento do reajuste. Na semana passada, a bancada de oposição tentou apresentar uma emenda para suprimir esse item da proposta de LDO, mas obteve apenas 15 das 18 assinaturas necessárias entre os 54 parlamentares para que a iniciativa fosse votada em plenário.

A proposta agora volta à Comissão de Orçamento para elaboração do texto final e deve ser votada novamente na sessão de hoje.

Greve. Justiça estabelece percentuais mínimos aos funcionários da Feaes

O TRT-PR (Tribunal Regional do Trabalho) estabeleceu ontem percentuais mínimos aos trabalhadores da Feaes (Fundação Estatal de Atenção Especializada em Saúde) de Curitiba.

Ficou definido pela Justiça pelo menos 50% dos trabalhadores nas UPAs e 70% nos internamentos, mais 80% do efetivo no Pronto Socorro, UTI e leitos de Emergência. Além de 50% no SAD (Serviço de Atendimento Domiciliar), 80% no Centro Comunitário Bairro Novo para UTI Neonatal e pediátrica e 50% para os demais setores da unidade.

Segundo a Feaes, que considera a greve abusiva, pois

já houve acordo coletivo, a adesão de seus funcionários à greve do Sindesc (Sindicato dos Trabalhadores da Saúde) foi baixa ontem. "Registrou-se apenas adesão de 23 servidores em dois postos de internação do Hospital do Idoso, o que corresponde a 2,9% dos 800 funcionários ligados ao Sindesc-PR. A Feaes tem, ao todo, 1.825 funcionários. Em UPAs, Maternidade Bairro Novo e Caps não houve adesão", diz nota.

A categoria irá se reunir em assembleia às 9 de hoje no Hospital do Idoso para avaliar a nova proposta apresentada do plano de cargos e salários. **METRO CURITIBA**

Orçamento. Sindicatos vão à Justiça contra LDO

A coordenadora do FES (Fórum de Entidades Sindicais), Marlei Fernandes, disse ontem que os sindicatos devem entrar na Justiça até a semana que vem contra o governo. O objetivo é suspender o artigo 30 da LDO-2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias, que foi votada ontem em segundo turno), garantindo o reajuste estimado em 4% para maio de 2018, e também cobrar o pagamento deste ano, de cerca de 8%.

Ontem os deputados confirmaram a LDO em segundo turno. Após a finalização do processo de votação da lei, os deputados estão permitidos a entrar em receso, a partir de segunda-feira.

METRO CURITIBA

Publicano. Auditor é preso após filmar sede do Gaeco

Foi detido no fim de semana em Londrina um auditor fiscal da Receita Estadual. Ele é acusado de tentar intimidar agentes públicos ao ser flagrado em frente à sede do MP (Ministério Público) fotografando veículos e pessoas que entravam e saíam do local. Para o Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), a atitude foi intimidatória, já que tentava monitorar o trabalho dos promotores. Flagrado por policiais, o auditor teria admitido que estava em frente ao MP para obter as imagens.

A Justiça concedeu o mandado de prisão. "Ele estava em uma atitude muito temerária, ousada, e que visava obviamente intimidar aqueles que trabalham no Ministério Público



Para delegado, tentativa foi de intimidar | CABO VALDEMIR DA LUZ/ ANPR

e no Gaeco", disse o delegado do Gaeco Alan Flore, em entrevista para a rádio BandNews Curitiba.

O auditor já foi condenado a 14 anos e 3 meses de prisão na Operação Publicano e ainda responde em liberdade. A sua defesa diz que ele é vítima de perseguição das autoridades.

METRO COM RÁDIO BAND NEWS

11 JUL 2017

METRO

Justiça eleitoral TRE-PR adere a processo eletrônico

A partir de 31 de julho os processos do TRE-PR (Tribunal Regional Eleitoral do Paraná) passarão a ser acessados eletronicamente. A utilização do sistema será obrigatória, mediante certificação digital válida por parte dos advogados.

Desenvolvido pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em parceria com os tribunais e a participação da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), o PJE (Processo Judicial Eletrônico) já está em processo de implantação pela Justiça Eleitoral brasileira. Os TRES do Amazonas, Paraíba, Tocantins, Goiás e Rio Grande do Sul já aderiram ao projeto piloto. Até o final deste ano todos os TRES deverão ter o sistema em funcionamento.

O principal objetivo do sistema é a automação do Judiciário, permitindo o acesso aos processos independentemente de eles tramitarem na Justiça Eleitoral, Federal, na Justiça dos Estados, na Justiça Militar e na Justiça do Trabalho.

A medida foi determinada por uma resolução do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). No dia 28 o TRE-PR fará um treinamento aos interessados em aprender a utilizar o sistema.  METRO CURITIBA

5

TRES já funcionam com o processo eletrônico: Amazonas, Paraíba, Tocantins, Goiás e Rio Grande do Sul

11 JUL 2017

GAZETA DO POVO

Reformas da Parana Previdência foram um “assalto”, diz procurador

Gabriel Guy Léger, procurador do Ministério Público de Contas do Paraná, afirma que, no modelo atual, não haverá recursos para bancar aposentadorias a partir de 2047

Rosana Felix

A mudança mais recente na Parana Previdência, que culminou na batalha do Centro Cívico e descapitalizou o fundo em R\$ 3,8 bilhões, prejudicou intensamente sua sustentabilidade, mas não foi a intervenção mais grave que o sistema enfrentou. Na opinião do procurador do Ministério Público de Contas do Paraná Gabriel Guy Léger, sucessivas mudanças promovidas em diferentes governos explicam a insolvência do fundo, que não terá nenhum centavo para pagar aposentadorias a partir de 2047, caso seja mantido o modelo atual.

Segundo Léger, o que tem ocorrido é um “roubo” aos recursos previdenciários. “Não precisa ser a mão armada para ser roubado. Temos aqui o caso de um assalto a mão legislativa”, afirmou, durante palestra em um seminário sobre previdência, organizado pelo sindicato dos servidores do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) e pela federação nacional da categoria.

O procurador afirma que o TCE tem feito seu papel de fiscalização, mas que fica de mãos amarradas porque as intervenções que prejudicam o fundo são aprovadas pelos deputados estaduais. “O tribunal se pauta pela lei, não pode desconsiderar o panorama legislativo estadual. Há uma violação à modelagem constitucional, e há muitas ações questionando isso no Supremo, mas, como o Supremo está atribulado com outras coisas, não as julga”, relata.

CONTINUA

De todas as intervenções na Parana Previdência, Léger aponta três que considera mais grave, ressaltando que é sua opinião como procurador, não do TCE. “Em primeiro está a falta de composição do fundo de previdência com a paridade de, vamos simplificar, 10% cota patronal, 10% servidores. Ou seja, 20% da folha seria para compor um fundo de previdência. Nunca foi feito”, conta. Ele critica a previsão de o governo aumentar a alíquota até 20% nos próximos anos, considerando que não conseguiu contribuir nem com 10%.

Em segundo lugar está a negociação que o governo de Jaime Lerner fez em 2000, quando antecipou a receita de 20 anos dos royalties de Itaipu e usou para capitalizar o fundo. “A negociação não foi economicamente vantajosa para o estado, que trocou os 20 anos para receber em 15 anos, mas abriu mão de 53% do valor”, apontou. Ou seja, ganhou cinco anos, mas recebeu só metade do que teria direito. “Além disso, o estado passou a considerar esse pagamento de royalties como se fosse a cota patronal. Não passou a cota patronal. Aquilo que deveria ser receita extraordinária para formar uma poupança só compensou o débito do governo”, acrescentou.

Por fim o procurador cita as mudanças promovidas em 2015 pela gestão de Beto Richa. “A segregação de massas em 2012 já tinha sido ruim, mas a de 2015 foi a mais prejudicial.” A segregação de massas prevê a separação dos segurados em dois grupos distintos, um coberto pelo fundo financeiro e outro pelo fundo previdenciário.

O que é questionado é que a Lei Estadual nº 18.469/2015 transferiu do Fundo Financeiro para o Previdenciário 33,5 mil inativos que até então eram pagos pelo Tesouro. O governo então deixou de aportar na previdência os valores correspondentes a esses funcionários e passou a sacar cerca de R\$ 145 milhões da Parana Previdência, com data retroativa a janeiro de 2015. Essa operação é que “derreteu” o patrimônio do sistema em R\$ 3,8 bilhões, segundo cálculo do consultor Renato Follador, um dos idealizadores do órgão criado em 1998.

GAZETA DO POVO 11 JUL 2017

CONTINUAÇÃO

Paranaprevidência diz que mudanças legislativas reforçarão caixa

A respeito das previsões que apontam que não haverá dinheiro para pagar aposentadorias em 30 anos, a direção da Paranaprevidência destacou que as mudanças aprovadas em 2012 e 2015 preveem recursos ordinários e extraordinários no futuro para reforçar o caixa. “A partir de 2030, o estado fará o aporte de 1% do total mensal da folha de pagamentos do Fundo de Previdência, acrescido de mais 1% ao ano a partir de 2031, até o limite de 22% de 2051 em diante. O governo do estado também assumiu compromisso de pagamento de uma alíquota progressiva para o Fundo de Previdência”, diz nota enviada à reportagem. Atualmente, a alíquota do estado é de 16,5%. “O estado vai, progressivamente, chegar ao repasse de 22%, assegurando recursos necessários para o pagamento de benefícios no futuro.”

Além disso, há previsão de destinar em 2020 R\$ 1 bilhão dos royalties de Itaipu para a Paranaprevidência. “Além disso, há uma obrigação legal, prevista pela constituição, de que o estado tem que fazer os aportes necessários sempre que seja preciso garantir o equilíbrio do Fundo de Previdência ou para assegurar o pagamento das aposentadorias e pensões de seus servidores”, finaliza a nota.